

## ACTA NÚMERO 144

Ao décimo primeiro dia do mês de Janeiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, na sede da Federação Portuguesa de Rugby, sita na Rua Julieta Ferrão, 12 – 3.º Andar, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), convocada nos termos do disposto no Artigo 20.º / 1.º dos respectivos Estatutos, para continuação da Assembleia iniciada no passado dia 22 de Dezembro de 2023, com a seguinte ordem de trabalhos.

1 – *Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento de 2024;*

2 – *Diversos*

A mesa da Assembleia foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Arantes Fontes, e pelo Vice-Presidente, Rui Jorge Rego.

À hora marcada para a primeira convocatória o Presidente constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, previsto no Artigo 20.º / 4.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (dezoito hora e trinta minutos).

Às dezoito horas e trinta minutos encontravam-se presentes 41 delegados a participar digitalmente, conforme lista de presenças anexa à presente acta e que dela faz parte integrante, número de delegados este que foi aumentando e variando, até ao máximo de 55 delegados, no decurso dos trabalhos da Assembleia.

Encontravam-se também presentes – para além do Presidente da Direção da FPR e do Vice-Presidente da Direção José Paulo Seruca - os Srs. Mário Costa, Secretário Geral da FPR, Nuno Salvador, Diretor de Competições da FPR e, ainda, Nuno Fonte, representante do ROC da FPR (Tocha Chaves), admitidos a participar pelos delegados presentes, nos termos do Artigo 20.º / 10.º dos Estatutos da FPR.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente da Mesa colocou à votação dos delegados a autorização para a gravação da presente Assembleia Geral, de forma a facilitar a elaboração da acta, que foi aprovada.

Dando início à discussão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Sr. Presidente da Direção que no seu uso disse:

**Presidente da Direção:** Considerando que na data de hoje estão mais delegados presentes do que os que estavam na última sessão, julgo haver interesse que todos ouçam aquilo que eu acho que ocorreu de mais importante na anterior Assembleia. Assim, lembrando que o Orçamento é um documento de trabalho, os valores que lá constam são previsões e, nessa medida, a despesa é sempre ajustada à receita que for conseguida. Por isso deu nota aos delegados presentes que está

presente o Revisor Oficial de Contas de Federação Portuguesa de Rugby, que poderá esclarecer quaisquer questões do foro financeiro. Continuando a sua alocução, o Presidente deu nota que o orçamento assenta no programa eleitoral aprovado pela grande maioria dos clubes. Quanto às questões colocadas pelos Senhores Delegados na primeira sessão desta assembleia, entende que as mesmas foram respondidas, nomeadamente as referentes ao beach rugby e ao desenvolvimento das associações regionais. De seguida deu nota aos delegados da reestruturação no funcionamento da Direção e dos Serviços da FPR, com particular incidência naquilo que importa ao rugby nacional, para além das seleções nacionais, salientando novamente que a Direção valoriza as competições nacionais, nomeadamente a Divisão de Honra. A Direção não quer, não deseja mesmo ter uma posição de conflito com os clubes, admitindo que a comunicação poderia ter sido mais fluida no que respeita nomeadamente aos potenciais contratos com os jogadores dos Lusitanos, que resultam do facto de existirem competições de âmbito internacional nas janelas de fevereiro, março, julho e novembro, algumas obrigatórias, como o Campeonato da Europa em que a Seleção nacional vai estar representada, com as responsabilidades que tem. Voltando à competição interna, o Presidente da Direção recordou a existência do Diretor de Competições, presente na Assembleia, que tem tido a preocupação permanente de informar os clubes e com eles partilhar informação e definir, por exemplo, modelos competitivos. Entende que a Direção tem procurado consensos. Considera que poderá haver uma ligeira sobrecarga dos atletas e que isso pode eventualmente prejudicar os clubes que representam, mas que isso não significa que a Federação esteja a desvalorizar as competições nacionais, antes tendo enquadramento na política de constituição de uma equipa semiprofissional ou profissional, “os Lusitanos”, naturalmente com jogadores que jogam em Portugal. Acrescentou que a FPR procura um patrocinador principal para a Divisão de Honra e que quer garantir a transmissão de pelo menos um jogo por semana em canal aberto. Para melhorar as condições da Rugby TV, nomeadamente no acompanhamento dos jogos, convidámos 3 pessoas conhecidas do rugby nacional, o António Aguilar, o António Henriques e o Zé Caetano. A Direção igualmente se preocupou com o desenvolvimento da modalidade e com a sua divulgação, indo dar ênfase ao programa do “Roadshow” que vai continuar pelo país todo. Estão agendadas cerca de 25 ações, ainda no âmbito do desenvolvimento e lembrou que, no Centro, têm sido financiados os técnicos e as atividades que aí têm sido, felizmente, apreciáveis. Salientou que este ano vamos chegar provavelmente aos 8 mil atletas inscritos na FPR, o que é bastante importante, pois há dois anos havia apenas cerca de 5 mil. Acrescentou que para se poder melhorar são precisas as associações regionais, que têm órgãos próprios, eleições próprias e que a FPR continuará a apoiar mediante programas, contratos de programas que se devem realizar. Há que ampliar a estrutura interna da FPR, nomeadamente no campo da comunicação e do apoio técnico, pois há que apoiar mais, sem dúvida nenhuma. Recorda que isso tem custos que têm relação direta com a capacidade da FPR de gerar receita. Daí que o orçamento para este ano seja

praticamente igual ao do ano anterior, mas com um pouco mais de investimento, alocando a verba que gastámos o ano passado com a preparação do Mundial para outras atividades. Fez notar que o Orçamento tem o parecer favorável do Conselho Fiscal. Mais disse que há níveis diferentes de competição em Portugal, normalmente falamos em duas velocidades, mas eu diria que há três: a Seleção nacional, algumas equipas da Divisão de Honra e as outras divisões. Por tudo isto, não vejo nenhuma razão para não se aprovar o orçamento. Portanto, pediu que a Assembleia desse oportunidade de pôr em prática um Plano e um Orçamento, estando a Direção sempre disponível para falar com todos, sempre que seja tido por interessante e necessário.

**José Correia de Sampaio (Cascais)** – Solicitou os seguintes esclarecimentos: primeiro, queria que se confirmasse se, efetivamente, este ano, vamos participar na *Currie Cup*; segundo, quanto aos modelos competitivos futuros, quando serão marcadas as reuniões com os clubes para discussão dos modelos competitivos para a próxima época? E, terceiro, no que diz respeito às contas, o Parecer do Conselho Fiscal menciona a existência de um passivo de cerca de 1 milhão e 200 mil euros, sendo que no Orçamento não é apresentada nenhuma reserva de fundos para fazer face a um passivo que já sabemos que existe. Quanto a isso gostava de perceber um bocadinho melhor qual é que é o plano de ação da Federação?

**Presidente da Direção:** À primeira pergunta, a resposta é não, não vamos participar na *Currie Cup*. Quanto à questão sobre os campeonatos, darei a palavra ao Diretor de Competições, Nuno Salvador. Em relação às contas, a reserva é de aproximadamente 50 mil euros, que será o valor necessário para pagar neste ano o serviço da dívida.

**Gonçalo Neto (Académica Coimbra)** – Colocou as seguintes questões: (i) Se os custos das deslocações à África do Sul, Itália e demais jogos de preparação estão enquadradas no Orçamento ou se são extraorçamento; (ii) Se nas contas está salvaguardado um eventual pagamento ao Técnico decorrente do litígio em curso (iii) de que forma a Federação vê apoios em termos de permanência de recursos humanos, de permanência nas regiões Norte e Centro, porque sem um desenvolvimento do rugby a nível nacional, não conseguiremos manter o caminho que todos desejamos para o rugby português.

**Presidente da Direção** - Relativamente à primeira questão informou que os custos com as deslocações à África do Sul e outras não estão no orçamento porque suportadas na maioria diretamente pela World Rugby. Não há entrada, nem saída de dinheiro. A Federação poderá ter que assumir custos com viagens internas, como por exemplo de jogadores que estejam no Porto, em Coimbra ou de Paris e que venham a Lisboa para a concentração. Estes custos estão previstos. Quanto à questão do Técnico é um problema que não é da Direção, como se sabe. É um problema da Federação. Sobre o apoio às regiões, irá falar o Nuno Salvador. Nós estamos absolutamente determinados em apoiar o desenvolvimento do Rugby a nível nacional, dentro dos nossos recursos. Para o ano os nossos técnicos nacionais serão contratados a tempo inteiro e estarão mais

disponíveis para apoiar as regiões. Mas esta responsabilidade é das associações regionais e dos comités, que são entidades autónomas.

**Nuno Salvador (Diretor de Competições)** - Todos os anos tem havido reuniões periódicas com os clubes. Este vamos tentar antecipar um bocadinho. Já conhecemos melhor as provas europeias. Estamos só à espera de decisões da Rugby Europa para saber quando é que vai ser e como é que vai ser formada a Super Cup. E a partir daí vamos formar a competição dos seniores. Este ano queria abordar a CN1 e a CN2 e tentar dar um formato diferente às competições, se esse for o entendimento dos clubes. Em relação aos sub-16 e aos sub-18 estamos agora a lançar a segunda parte da época e iremos, durante o mês de fevereiro, ter reuniões com os clubes, porque este é o terceiro ano consecutivo deste modelo e eu julgo que está na altura de se fazer uma análise sobre o mesmo. Em relação às associações regionais, ao Comité e à Associação de Rugby do Norte, e ao apoio aos clubes do Sul, em virtude de não haver a Associação de Rugby do Sul, tivemos um plano no ano passado, com o apoio do Nuno Damasceno, que construímos dentro dos quadros técnicos da Federação e iremos este ano fazer outra vez.

**José Paulo Seruca (Vice – Presidente da Direção)** - No início de setembro, reuni-me com o Comité Regional do Centro, em Coimbra. Tive uma reunião com os seus representantes e foi-me sugerido que alguns técnicos fossem apoiados pela Federação. Foram-me apresentados o João Luís e o Alcino, ex-jogadores da Académica e treinadores qualificados. Dei o meu acordo estando a Federação a suportar a remuneração, bem como as despesas das atividades que eles desenvolvem. Em termos de recursos humanos, penso que foi uma boa escolha e acho que é do agrado dos clubes do Centro. Queremos apoiar os clubes, mas também queremos que haja novos clubes. O ideal era conseguirmos ter rugby em todas as capitais de distrito, no mínimo, em Viseu, Leiria e Guarda.

**Luis Lança de Moraes (Direito)** - O orçamento para é uma ferramenta de gestão para a Direção, mas também é uma ferramenta de gestão para os associados. Uma vez que nada foi alterado desde a última Assembleia Geral eu queria fazer aqui uma declaração de voto: Para haver um Plano de Atividades tem que haver uma direção técnica e não vemos nada disso. Neste momento, não há condições para fazer este Plano de Atividades. Este plano é um Plano de Atividades que só fala das seleções, está focado no projeto da Seleção. Os clubes com este Plano não vão aguentar. Por isso, o nosso voto será contra este Plano de Atividades. Estar a oferecer contratos profissionais a atletas, estar a abraçar todos os convites que nos fazem, não é possível. Quero realçar, quanto ao Orçamento, que o Conselho Fiscal dá um parecer positivo, fazendo um alerta, à concretização das expectativas de receitas. Quanto aos patrocínios, estamos aqui com cerca de 400 mil euros a mais que não estão devidamente explicados. O Grupo Desportivo Direito não acredita que haja uma direção técnica que seja capaz de desenvolver aquilo que aqui está escrito. Como é que é possível não ter um diretor técnico nacional para dialogar com os clubes,

para planear com os clubes, para fazer uma gestão dos atletas, da condição física, da saturação física.

**Presidente da Direção** - Claro que o Orçamento e o Plano são os mesmos, não poderíamos alterá-lo. Nós acreditamos na sua concretização, porque a Federação Portuguesa de Rugby não perdeu a sua capacidade técnica. Nós vamos ter uma equipa técnica proporcionalizada, sem ambiguidade de ter treinadores responsáveis nos clubes e na Federação. O nosso staff técnico, incluindo a equipa médica, tem feito um excelente trabalho, que é reconhecido lá fora. Temos preparadores físicos. As pessoas são exatamente as mesmas. Vamos continuar a ter os mesmos treinadores competentes, como já eram no passado, reforçados eventualmente. Em matéria de organização e de termos um plano de ação, estratégico, estamos empenhados nisso. Quanto aos contratos com jogadores, eu devo dizer mais uma vez que não há contrato nenhum. Houve essa hipótese, mas não há nenhum contrato com jogadores. Eu sempre disse e continuo a dizer, que os contratos dos jogadores passariam sempre por uma conversa com os clubes, naturalmente, que são três ou quatro e que, naturalmente, neste momento, neste quadro, não haverá qualquer contratação. Portanto, eu não vou cometer a loucura de fazer uma gestão contrária aos interesses da generalidade do rugby nacional. Os jogadores, pelo facto de estarem na Seleção nacional, têm qualidade e têm possibilidade de progredir de uma forma diferente daqueles que não estão. Quanto aos meios para as viagens que falaram, que questionaram, eu vou repetir a mesma coisa. Realmente, não estão consignadas aqui porque é uma verba extraordinária que nós não vamos receber porque não vamos pagar. Essas viagens são pagas pelo World Rugby, nas deslocações, nos transportes e pelo país que recebe, em princípio, na hotelaria. Não há encargos suplementares para a Federação, por isso não estão naturalmente previstos aqui nesse contexto.

**Nuno Salvador (Diretor de Competições)**: Iniciou a sua intervenção complementando um ponto previamente mencionado pelo Presidente, destacando que este pode não ter sido devidamente compreendido ou claramente comunicado. Reconheceu que a organização dos Lusitanos não foi excelente, cometeram-se erros e que a própria Federação já identificou esses problemas. A título de exemplo, foi mencionado que já ocorreram duas reuniões internas de quadros para discutir estas questões e que mudanças estruturais estão a ser preparadas, sendo que algumas pessoas dentro da estrutura federativa serão realocadas. No entanto, ainda não foi possível definir tudo, pois algumas respostas internas ainda estão pendentes. A Federação está a organizar-se para comunicar essas alterações aos clubes, assim que o processo esteja finalizado. Fez um apelo para que haja paciência por parte dos clubes, reconhecendo as críticas, algumas delas válidas, mas frisando que não é benéfico passar de uma crítica moderada para uma reação exagerada ou vice-versa. Pediu calma para que as mudanças possam ser implementadas de forma ajustada.

**Luis Lança de Moraes (Direito):** Iniciou a sua intervenção pedindo desculpa por uma possível inconveniência na sua intervenção anterior, reconhecendo que pode ter interrompido o Presidente da Mesa. Destacou a tradição do Grupo Desportivo Direito em ser correto e sua postura colaborativa nas Assembleias, pedindo perdão caso tenha causado desconforto. Sublinhou que se sente confortável com a situação atual, uma vez que tem acompanhado, defendido e participado ativamente nos processos. Referiu que trabalhou, antes de eleições anteriores, em conjunto com Pedro Fragoso Mendes, no desenvolvimento de um caderno de encargos com 52 ideias para o rugby nacional. Esse documento foi entregue à atual Direção. Observou um desvio do caminho traçado. Entende que o Grupo Desportivo Direito foi tolerante durante este processo, mas que as provas nacionais e o desenvolvimento do rugby estão muito piores. Afirmou que clubes, associações e até o Conselho de Arbitragem estão insatisfeitos com a atual situação. Uma das principais críticas que faz, prende-se com a ausência de um Diretor Técnico Nacional. Observou que, com o fim do Mundial, as prioridades da Federação parecem estar desajustadas, mencionando que o novo Plano de Atividades não reflete adequadamente o futuro do rugby. Alertou que a tentativa de criar uma seleção com atletas exclusivos, sem a devida estrutura de clubes para apoiá-la, prejudicaria os clubes e o trabalho de formação desenvolvido ao longo de anos. Destacou que a alteração da proposta no Plano de Atividades, que envolve a criação de uma seleção nacional exclusiva e o possível "roubo" de atletas dos clubes, seria um "tiro no pé" e prejudicaria o rugby nacional. Rejeitou essa mudança de paradigma, enfatizando que não permitiria que o trabalho desenvolvido ao longo de 20 anos pelos clubes fosse destruído. Esclareceu que não tem qualquer interesse pessoal ou intenção de se candidatar à presidência da Federação Portuguesa de Rugby. Afirmou que a sua preocupação é com o rugby nacional e que cabe à Direção resolver os problemas apontados. Reforçou que a ausência de um Diretor Técnico Nacional é um erro grave e que o Plano de Atividades e Orçamento apresentados não são adequados, uma vez que não discriminam adequadamente quem vai implementar as mudanças necessárias. Reiterou que os clubes estão muito preocupados com a situação atual e que a Direção precisa de agir rapidamente para resolver os problemas. Mencionou que o ex-selecionador nacional deixou críticas públicas à Direção e que o rugby português está num caminho que não vai dar certo. Além disso, mencionou a preocupação com a possível interferência da World Rugby e do IPDJ em questões financeiras, afirmando que os clubes estão fartos de lidar com incertezas. Concluiu a sua intervenção afirmando que o ciclo atual está a chegar ao fim e que, se a situação não melhorar de acordo com a realidade do rugby português e as necessidades dos clubes, será necessário iniciar um novo ciclo. Sublinhou que não tem qualquer intenção de se candidatar à presidência da Federação, mas que continuará a criticar o que considera estar errado.

**Presidente da Direção:** Afirmou que deve respeito a todos os clubes, não apenas ao Grupo Desportivo Direito, reconhecendo o importante papel deste clube, mas enfatizando que o rugby

nacional vai além de um único clube e exigiu respeito pela sua pessoa e pelo trabalho desenvolvido pela Direção da Federação. Salientou que ele continua a ser o mesmo de há dois meses atrás, com uma história e resultados que exigem reconhecimento. Afirmou que os resultados alcançados pelo rugby nacional são fruto de trabalho e não de mera conversa. Referiu que, ao longo da sua carreira como dirigente, tanto como presidente de clube durante 35 anos, como agora como presidente da Federação, conseguiu resultados concretos. Destacou que, apesar das críticas, o corpo técnico também tem demonstrado competência e que questões pessoais que possam existir estão fora do contexto desta discussão. Expressou preocupação com a maneira como o rugby tem sido tratado, mencionando que os valores fundamentais do desporto estão a ser postos em causa. Criticou a intervenção do Presidente do Grupo Desportivo Direito, afirmando que as críticas apontadas não foram construtivas, com a insistência em que "tudo está mal" sem propor soluções concretas. Defendeu que cada clube deveria focar-se no seu trabalho, respeitando o esforço dos outros clubes e da Federação. Reforçou que o Grupo Desportivo Direito não tem exclusividade no rugby nacional e que há muitos outros clubes, tanto no Norte como no Sul do país, que também contribuem para o crescimento e desenvolvimento da modalidade. Destacou que é necessário olhar para o rugby nacional como um todo e continuar a trabalhar em prol do seu desenvolvimento.

**Presidente da Mesa da Assembleia Geral:** Interrompeu as intervenções ao constatar que as falas estavam a ser simultâneas e descontroladas, dificultando a condução da Assembleia. Pediu calma aos presentes, dirigindo-se especificamente ao Delegado Luís Filipe Lança de Moraes, mencionando que a situação não podia continuar naquele formato de interrupções constantes. Reforçou a necessidade de manter a ordem para que a Assembleia pudesse prosseguir de maneira adequada. Informou que daria seguimento às intervenções dos restantes delegados que se inscreveram para falar. Anunciou que as próximas intervenções seriam, por ordem de inscrição, de Pedro Meireles, Rui Neves e Miguel Portela, sendo que, neste momento, passaria a palavra ao delegado Pedro Meireles.

**Pedro Meireles (CDUP):** Iniciou a sua intervenção expressando que, em parte, se revê nas palavras do Presidente do Grupo Desportivo Direito. Destacou que o atual Plano de Atividades não demonstra um apoio claro ao desenvolvimento do rugby a nível nacional. Criticou, por exemplo, a convocação de jogadores conhecidos, como Nuno Sousa Guedes, para os Lusitanos, em vez de darem oportunidade a novos talentos que precisam de ser desenvolvidos e de demonstrar valor. Apontou que o agendamento de treinos de seleções nacionais, como os da seleção sub-18, é feito sem considerar os clubes de fora de Lisboa. Sugeriu que os treinos fossem concentrados em três dias consecutivos (ex.: sexta, sábado e domingo), para facilitar a participação dos atletas de outras regiões e alargar a base de desenvolvimento do rugby. O CDUP, clube do Norte, sente-se isolado e sem apoio efetivo da Federação. Mencionou que a direção

técnica da Federação não tem dado suporte direto ao desenvolvimento dos clubes fora do eixo principal. Exemplo disso é o facto de, em cinco anos na Direção do CDUP, não ter conhecido o Diretor Técnico Nacional. Reforçou a necessidade de expandir a massa crítica do rugby nacional, sublinhando que o foco atual é demasiado restrito aos principais clubes de Lisboa, o que esgota os seus recursos. Defendeu um plano que envolva mais clubes, promovendo o desenvolvimento em todo o país. Destacou a situação da Associação de Rugby do Norte (ARN), que se encontra sem direção, pois ninguém quer assumir a liderança devido à falta de missão clara e apoio. Sublinhou que a ARN está desprovida de um propósito no contexto atual do rugby nacional. Por último, referiu que o CDUP, há mais de um ano, fez uma exposição à Federação solicitando a inclusão, no Orçamento, de medidas que assegurem justiça económica entre os clubes que competem nos diferentes campeonatos nacionais. Um exemplo claro seria a criação de apoios para cobrir os custos de transporte, tendo em conta os quilómetros percorridos pelos clubes periféricos.

**Presidente da Direção:** Reconheceu os desafios enfrentados pelo CDUP e pelos clubes do Porto. Mencionou várias deslocações ao Porto para tratar de questões como a obtenção de estádios e campos, reafirmando que a Federação tem dado apoio constante ao desenvolvimento do rugby no Norte e não apenas ao CDUP. Deu nota que o desenvolvimento do rugby no Norte, incluindo o apoio a outros clubes da região, tem sido uma preocupação constante da Federação. O Vice-Presidente da Federação, José Paulo Seruca, ex-presidente do CDUP, pode testemunhar o empenho da Federação em melhorar as condições para os clubes da região. Recordou que, nos últimos quatro anos, três deles foram marcados pela pandemia, o que dificultou ou impossibilitou a concretização de muitos dos planos da Federação. No entanto, deixou claro que a intenção de desenvolver o rugby fora de Lisboa é evidente e permanece uma prioridade. Comprometeu-se, após o Mundial, a voltar o foco para fora de Lisboa, visando desenvolver o rugby a nível nacional. O objetivo é fortalecer os clubes e as associações regionais, particularmente nas regiões fora da capital, reconhecendo que os clubes de Lisboa já possuem estruturas mais consolidadas. Destacou que este ano a Federação prevê alcançar 8 mil jogadores inscritos, o que é um marco significativo e uma prova do trabalho desenvolvido. Por fim deu nota que o foco da Federação será, sobretudo, apoiar os clubes e associações regionais de fora de Lisboa, mantendo o apoio ao crescimento dos clubes da capital. A organização de campeonatos regionais será incentivada e espera-se que as associações regionais melhorem a sua organização para facilitar o desenvolvimento do rugby local.

**Pedro Meireles (CDUP):** Questionou o Presidente da Direção como é que há equidade no desenvolvimento quando um treino de uma seleção sub18 acontece em dois dias diferentes da semana e não os tentam juntar de modo a quem vem de fora fique, de facto, com igualdade de oportunidades nessa semana?

**Presidente da Direção:** Expressou concordância com as questões levantadas, reconhecendo a importância de resolver as dificuldades mencionadas e referindo que tem trabalhado pessoalmente para resolver casos semelhantes. Reforçou o compromisso de alterar a forma como estas situações são geridas, reafirmando a confiança que as pessoas podem ter na sua atuação. Foram mencionados casos recentes, incluindo uma queixa de um clube do Porto sobre a não convocação e observação adequada de jogadores. Situações semelhantes também ocorreram no Sul. Afirmou que já tomou medidas para resolver essas questões, chamando a atenção dos responsáveis. Destacou que a Federação está em processo de reestruturação, com maior atenção a problemas como os descritos. Os técnicos serão contratados a tempo inteiro e haverá uma exigência maior sobre o desempenho e responsabilidade deles. O compromisso da Federação é melhorar os processos e garantir que as observações e convocações de jogadores sejam feitas de forma adequada, tendo sublinhado a importância da colaboração entre os diretores técnicos regionais, o Diretor Técnico Nacional e os treinadores na identificação e seleção dos jogadores. Reconheceu que esse processo não tem funcionado da forma esperada, mas garantiu que será corrigido. Reforçou que a Federação incentiva que os clubes denunciem problemas para que possam ser resolvidos atempadamente.

**Rui Neves (Técnico):** Iniciou a sua intervenção reconhecendo a importância de abordar problemas de forma realista, sobretudo quando a tendência é comemorar o passado. Destacou que o país, de forma geral, tende a olhar mais para o passado do que a focar-se no futuro. Ao analisar o documento em discussão (Plano e Orçamento), mencionou que, tradicionalmente, espera-se encontrar uma estratégia clara, o que, na sua opinião, não foi o caso. Apontou que, ao observar as últimas páginas do documento, onde constam os números, verificou um equilíbrio entre gastos e receitas, com uma pequena margem de folga. Questionou se, caso não se concretizem os apoios esperados (por exemplo, se houver um défice de meio milhão de euros), quais as atividades que seriam cortadas. Também perguntou se a solução seria pedir dinheiro emprestado para cobrir as lacunas, salientando que é nas decisões sobre onde cortar que as verdadeiras prioridades se manifestam. Questionou sobre a alocação de recursos do orçamento, destacando que 13,7% se destinam à estrutura administrativa da Federação, 18% ao desenvolvimento desportivo e 68,2% ao alto rendimento, o que corresponde a cerca de 2,3 milhões de euros. Perguntou diretamente quanto desse montante seria efetivamente destinado aos clubes, que são os principais responsáveis pela formação e desenvolvimento dos jogadores ao longo dos anos. Mencionou que se sabe que parte do montante vai para jogadores de alto rendimento, mas destacou a importância de os clubes receberem um apoio financeiro adequado. Por fim, fez referência a uma questão levantada anteriormente por Gonçalo Neto (Académica de Coimbra), sobre uma possível decisão judicial que obrigaria ao pagamento de indemnizações relativas ao Técnico. Afirmou que, aparentemente, o Presidente não estava completamente a par do estado do problema e mencionou que, em caso

de decisão desfavorável à Federação, esta não seria diretamente responsável por pagar as indemnizações, mas sim a Direção.

**Presidente da Direção:** Referiu que parte significativa das receitas previstas provém de novos patrocinadores, que deverão reforçar o Orçamento do próximo ano. No entanto, não pode divulgar o nome dos patrocinadores neste momento, uma vez que os compromissos ainda não estão finalizados. Explicou que, embora o valor proveniente da World Rugby se mantenha ou até aumente, a ausência de custos associados à preparação da seleção nacional para o Mundial libera recursos que serão aplicados em outras áreas. Este aumento de disponibilidade financeira será utilizado para apoiar outras ações e iniciativas da Federação. Indicou que, dos patrocinadores atuais, pelo menos um deles irá duplicar o seu apoio financeiro. Este aumento de patrocínios resultará num acréscimo significativo nas receitas da Federação para o próximo ano. Esclareceu que a Federação gere os seus recursos de forma séria e responsável. Abordando a questão de "para onde vai o dinheiro", sublinhou a necessidade de seriedade na gestão financeira e afirmou que os recursos serão devidamente aplicados em ações que beneficiem o rugby nacional, mas que não é função da Federação Portuguesa de Rugby financiar diretamente os clubes embora alivie sistematicamente alguns dos custos dos clubes, o que representa uma forma indireta de apoio, nomeadamente suportando os custos de arbitragem, que totalizam cerca de 200 mil euros anuais, custos relacionados com a transmissão de jogos pela RugbyTV e pagamentos de seguros para equipas masculinas e femininas. Embora a Federação não seja uma entidade rica e tenha limitações financeiras, o Presidente enfatizou que sempre que possível, apoia os clubes em várias áreas. Referiu que, se houvesse mais recursos disponíveis, a Federação poderia ajudar diretamente com questões como a aquisição de equipamentos e outras despesas relacionadas com a participação dos clubes nas competições. O Presidente esclareceu que todas as receitas provenientes das inscrições de clubes são canalizadas diretamente para cobrir os custos de arbitragem. Este é mais um exemplo de como a Federação tem procurado apoiar os clubes, ao reduzir despesas importantes que, de outra forma, recairiam sobre eles. Destacou ainda que cada clube tem a sua própria gestão, com diferentes modelos de organização, sejam clubes mais profissionais ou amadores. Estes são desafios que os clubes devem resolver por si próprios, não sendo responsabilidade da Federação cobrir os seus custos operacionais.

**Rui Neves (Técnico):** Entende que a sua pergunta anterior não foi adequadamente respondida. Diz ter questionado para saber, caso alguns apoios não atingissem os valores esperados, onde seriam realizados os cortes no Orçamento, sendo que esta é uma questão simples que precisa de clareza. Em relação ao orçamento de 2,3 milhões destinado ao alto rendimento, pediu esclarecimentos sobre quanto desse montante seria alocado para os clubes. Perguntou se seriam 500 mil euros, 1 milhão, 100 mil ou 20 mil, sublinhando que essa informação não estava claramente especificada e que os clubes gostariam de saber. Também se dirigiu ao Presidente da

Mesa da Assembleia Geral, esclarecendo que não levantou uma questão jurídica, mas sim uma questão simples sobre a previsão de pagamento de eventuais indemnizações, conforme mencionado anteriormente por Gonçalo Neto (Académica de Coimbra). Reiterou que esta questão diz respeito ao Plano e não às questões do Técnico.

**Presidente da Direção:** Esclareceu que, em caso de necessidade de indemnização a um clube com processo judicial, a Federação não possui reservas financeiras destinadas a esse fim. Destacou que o problema não foi gerado pela Direção ou pela Federação e que, se a situação se concretizar, será necessária uma resolução conjunta, envolvendo todos os clubes. Reforçou que houve uma Assembleia Geral especial em que os clubes manifestaram sua opção de forma unânime e que todos estão cientes do que está a acontecer. Reiterou que os recursos financeiros provenientes da World Rugby e do IPDJ têm destinos específicos e não podem ser utilizados livremente. O montante destinado ao alto rendimento é reservado para essa área, sendo o apoio aos clubes feito por meio do pagamento dos seguros e da arbitragem.

**Miguel Portela (Braga Rugby):** Iniciou a sua intervenção referindo que partilha algumas preocupações do CDUP, apesar de o Braga ser um clube mais recente e estar num nível de desenvolvimento diferente. Destacou que, no Orçamento de 2023, havia duas rubricas: uma para "crescer o rugby nas escolas" (7.700 euros) e outra para "crescer o rugby nos clubes" (18.400 euros). Perguntou sobre a natureza desses projetos, como os clubes se podem candidatar e se são geridos por uma empresa privada ou por associações regionais. Observou que esses valores são superiores ao que as duas associações regionais recebem juntas e solicitou mais informações sobre os resultados desses projetos. Mencionou as dificuldades em montar uma direção para a ARN, ressaltando que a razão de existir das associações regionais foi um pouco esvaziada. Propôs a possibilidade de os clubes do Norte se unirem para criar um projeto que poderia ser apoiado pela Federação, em linha com a ideia de desenvolver o rugby fora de Lisboa. Citou o exemplo de Braga, que, com 175 inscritos, poderia ter até 600, se tivesse a mesma proporção que Lisboa. Por último, questionou sobre a situação da seleção sub-18, apontando a falta de comunicação com o diretor técnico do Norte, que resultou na não seleção de atletas do Norte, exceto os do CDUP. Solicitou esclarecimentos sobre como funciona a visualização dos atletas e a situação que levou a essa situação.

**Presidente da Direção:** abordando a questão das seleções sub-18, enfatizou a importância do contato permanente entre os diretores técnicos regionais e os selecionadores nacionais. A seleção deve seguir um processo estabelecido que inclui a indicação de jogadores com qualidade mínima para serem escolhidos. Reconheceu que, apesar das regras, houve falhas na comunicação que precisam ser corrigidas. Anunciou que, para o próximo ano e para o futuro, haverá um esforço para que os selecionadores nacionais estejam dedicados a tempo inteiro. Eles terão a responsabilidade de visitar clubes nas várias regiões do país, o que permitirá um melhor

acompanhamento dos jogadores, que são frequentemente observados desde as categorias sub-14 até sub-16. Mencionou que existe uma sequência de acompanhamento dos jogadores ao longo dos anos, e que, embora haja uma preocupação em incluir talentos de diversas regiões, não é possível substituir os selecionadores no processo de seleção. O foco será instituir mecanismos eficazes para que a seleção funcione em todo o país, mesmo que isso implique um maior custo e mais técnicos disponíveis para acompanhar os clubes e jogos. O modelo atual exige que os técnicos regionais informem os selecionadores nacionais sobre os jogadores elegíveis para a seleção. Reafirmou o compromisso de melhorar esse processo e garantir uma comunicação eficaz entre as partes envolvidas. Confirmou que haverá apoio contínuo da Federação para projetos credíveis, com ênfase na necessidade de serem respaldados pelo vice-presidente responsável pela área de desenvolvimento. Este vice-presidente, que se encontra no Norte, está ciente da abordagem adotada pela Federação. Destacou que a avaliação do montante de apoio (se é considerado muito ou pouco) depende do que se pretende realizar com os recursos. O compromisso da Federação é apoiar todos os projetos que sejam propostos e que se adequem às suas possibilidades. Assegurou que, até o momento, todos os projetos apresentados foram aceitos e apoiados, reforçando a disposição da Federação em continuar com essa prática.

**José Paulo Seruca (Vice-Presidente da Direção):** Explicou sobre os apoios financeiros que as verbas alocadas têm como objetivo aumentar o número de praticantes de rugby em duas vertentes principais. (i) Rugby nas Escolas através, por exemplo da formação de professores e (ii) Apoio aos clubes na realização de ações para aumentar o número de inscritos. Afirmou que a Federação está disponível para apoiar clubes em suas ações, seja por meio de técnicos, equipamentos ou mobilização de pessoas. Os clubes devem apresentar projetos, que serão avaliados e, se válidos, serão apoiados. Citou como exemplo a iniciativa do Clube de Arcos de Valdevez, que, embora não estivesse prevista, recebeu apoio da Federação para um “Roadshow”. O foco é permitir que os clubes realizem ações concretas para aumentar a participação e o nível de rugby praticado. Destacou a importância do diálogo e da disponibilidade da direção da Federação para ouvir e atender às necessidades dos clubes, especialmente no Norte. Reafirmou que todos os membros da Direção têm como objetivo ajudar os clubes, independentemente de seu nível de desenvolvimento, reconhecendo que há realidades e preocupações distintas entre clubes de elite e aqueles em fase inicial. Concluiu que, apesar das críticas e desafios, há uma clara vontade da Federação em ajudar todos os clubes a se desenvolverem dentro de suas capacidades e estágios.

**Rui Loureiro (Académica de Coimbra)** Iniciou a sua intervenção reconhecendo o espírito abnegado do Presidente e da Direção da Federação Portuguesa de Rugby. Destacou o entusiasmo gerado pela participação de Portugal no Mundial e expressou a expectativa de mudanças positivas na estrutura da Federação, enfatizando que o que está bom deve ser mantido e o que não está deve ser melhorado. Elencou um conjunto de questões que no seu entender não estão resolvidas, a

saber: (i) Necessidade de Formação de Qualidade, (ii) Comunicação Deficiente, (iii) Igualdade de Oportunidades entre Lisboa e as outras regiões. Concluiu a sua intervenção solicitando que a Direção da Federação implemente as mudanças prometidas, enfatizando que os clubes esperam ver melhorias tangíveis na gestão e comunicação.

**Presidente da Direção:** Reconheceu algumas preocupações apresentadas, pedindo compreensão e tempo para implementar mudanças após o recente Campeonato do Mundo. Destacou que muitas críticas são dirigidas ao Diretor Técnico Nacional, mas que o problema não se limita à figura do diretor, mas envolve toda a estrutura e suas responsabilidades. Enfatizou que a Federação tem sempre um vice-presidente responsável por acompanhar as regiões, incluindo o Centro e o Norte, e que as políticas são definidas em conjunto com os clubes. Esclareceu que a Federação não nomeia técnicos regionais; essa responsabilidade é dos clubes e associações regionais, que devem ser proativas na busca de bons profissionais. Reconheceu a necessidade de mais formação e melhores técnicos e que a escassez de opções tem levado clubes a contratar técnicos estrangeiros. Defendeu a ideia de que mudanças significativas não podem ocorrer instantaneamente e que é necessário dar tempo à Direção para implementar as melhorias desejadas. Reforçou que as associações têm obrigações estatutárias e devem buscar seus próprios meios de subsistência, lembrando que a Federação já tem apoiado financeiramente as ações regionais. O Presidente mencionou que um novo programa de atividade está a ser elaborado pelo atual presidente da Associação Regional Centro, que receberá apoio da Federação para sua implementação. Concluiu pedindo aos clubes que confiem no trabalho da Federação e deixem a equipe demonstrar a sua capacidade de promover as mudanças necessárias.

**André Cunha (Belenenses):** Explicou que, após conversa com a Direção do Belenenses, gostaria de apresentar algumas notas, principalmente de carácter financeiro. Destacou que a FPR apresenta capitais próprios negativos, estando, portanto, tecnicamente falida. Considerou que os 50 mil euros previstos para empréstimos são insuficientes, face à precariedade financeira atual. Propôs que os próximos dois anos sejam utilizados para "arrumar a casa" sem perder a competitividade nas diversas modalidades e seleções. Sugere que se foquem em saneamento financeiro, antes de se direcionarem esforços para o Mundial de 2027. Observou que o plano atual parece otimista, sem uma abordagem realista em relação às receitas, que não têm garantias de entrada. Criticou a intenção de participar em atividades internacionais sem o suporte financeiro necessário. Perguntou se os contratos com os jogadores, que foram discutidos, estão incluídos no plano, especialmente se a FPR decidiu não avançar com eles. Manifestou preocupação com os custos elevados dos contratos dos técnicos e questionou se esses valores são justificados. Destacou a ausência de um projeto claro e detalhado para o rugby doméstico no Plano, que parece priorizar as seleções. Enfatizou a importância do apoio aos clubes, que são a base de formação de atletas

para as seleções. Finalizou sua intervenção reiterando a necessidade de um Plano que considere as realidades financeiras e as prioridades do rugby nacional.

**Presidente da Direção:** Reforçou que não tem conhecimento de pagamentos exorbitantes a técnicos, afirmando que os salários na FPR estão em linha com o mercado. Explicou que a FPR está a caminho de alcançar um equilíbrio financeiro até ao final do ano, com várias receitas comprometidas a entrar. Reiterou a importância de uma gestão financeira cuidadosa, evitando deixar a FPR em dificuldades financeiras que comprometam as suas atividades. As atividades a serem realizadas dependerão da capacidade financeira da FPR, com as indispensáveis a serem priorizadas. Mencionou que o saneamento financeiro é uma prioridade desde a sua chegada e que a situação atual é melhor do que no passado. Informou que estão em negociações para um financiamento significativo para o Campeonato Nacional de Divisão de Honra, o que ajudará os clubes. Destacou a importância de envolver os clubes nas discussões sobre a organização do campeonato e suas finanças. Comprometeu-se a melhorar a qualidade da Rugby TV e a oferecer um jogo semanalmente, beneficiando clubes e Federação. Assegurou que não haverá aumentos significativos nas despesas, exceto naqueles relacionados com o apoio da World Rugby para as seleções nacionais. Informou que a FPR tem recebido convites para diversas competições, mas que apenas aceitará aqueles que não tragam despesas adicionais. Terminou reiterando a disponibilidade para discutir questões financeiras de forma detalhada e agradeceu a participação de todos.

**Luís Lança de Morais (Direito):** Destacou que as suas preocupações vão para além das questões financeiras, enfatizando a saúde dos atletas e o planeamento das atividades. Apontou a falta de planeamento na coordenação dos trabalhos e na gestão das seleções, citando o caso do vice-presidente, Francisco Martins, que faz as convocatórias diretamente aos atletas, sem a participação de um diretor técnico, preparadores físicos ou treinadores. Reforçou que as preocupações expressas pelo Grupo Desportivo Direito são compartilhadas por todo o rugby nacional, não se limitando a uma única instituição. Mencionou que as questões levantadas não se referem ao apoio já dado, mas sim à estrutura organizacional da Federação. Criticou a apressada apresentação de um Plano que parece focar em eventos futuros sem considerar o estado atual do rugby em Portugal, afirmando que as condições permanecem as mesmas, se não piores, após a participação no Mundial. Concluiu que o problema não é exclusivo do Grupo Desportivo Direito, mas sim uma questão de estrutura, gestão e capacidade do Presidente da Federação em liderar sua equipe.

**Presidente da Direção:** O Presidente considerou desnecessário o comentário final do representante do Direito, destacando que a disposição para colaborar e trabalhar em conjunto deve ser clara. Enfatizou que, apesar da participação no Mundial, não se esperavam mudanças imediatas na estrutura do rugby nacional, reiterando que a estrutura da Federação e a organização

do rugby permanecem inalteradas. Defendeu a competência da equipe de colaboradores da Federação, reconhecendo as limitações, mas afirmando que o apoio de todos é essencial para superar as dificuldades. Contestou a desconfiança em relação à capacidade da estrutura técnica e administrativa, afirmando que não se pode passar de competente a incompetente rapidamente. Afirmou que a Federação tem um projeto adaptável para todos os clubes, não se limitando a Lisboa e a um pequeno número de clubes. Defendeu a competência da equipe técnica no aspeto médico, mencionando a presença de preparadores físicos e médicos de alta qualidade. Reiterou que a Federação está comprometida em cumprir o programa eleitoral aprovado, que servirá de guia para as suas ações e que devem ser consideradas na votação. Concluiu expressando a disposição da Federação em ajudar e cumprir com os seus compromissos, reafirmando que não estão atrelados a interesses pessoais ou individuais.

Terminadas as intervenções dos delegados, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o Plano de Atividades, que foi aprovado com os seguintes votos:

9 Votos Contra.

14 Abstenções

19 Votos a Favor

Terminada a votação do Plano de Atividades, foi posto à votação o Orçamento para 2024, que foi aprovado com os seguintes votos:

8 Votos Contra

16 Abstenções

22 Votos a favor

Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos “*Diversos*”, o Presidente da Mesa deu a palavra ao delegado **Pedro Lucas (Técnico)** que, no seu uso, solicitou acesso às atas das duas últimas Assembleias Gerais, especificamente; (i) A ata da Assembleia Geral Extraordinária, que tratou da reintegração do Clube Rugby Técnico na Divisão de Honra e (ii) A ata da última reunião ordinária anterior à presente assembleia, caso tenha ocorrido uma reunião distinta.

Em resposta, o **Presidente da Mesa da Assembleia Geral** deu nota que este não é o local apropriado para tal solicitação e que tomou nota do pedido apresentado. Informou que a ata da Assembleia Geral Extraordinária está em fase de conclusão e, por isso, ainda não foi publicada. Também mencionou que a ata da última Assembleia Geral, realizada em 22 de dezembro, ainda não está concluída, pois a Mesa está a ponderar elaborar uma ata contínua que inclua a sua suspensão. Disse que a ata da Assembleia Geral Extraordinária será a primeira a ser finalizada e que será disponibilizada assim que estiver concluída.

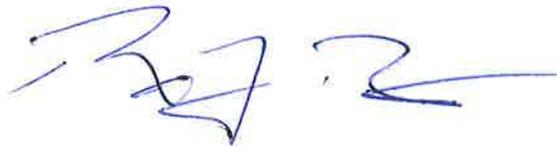
O **Presidente da Direção** pediu a palavra para agradecer a compreensão demonstrada por muitos delegados, que contribuíram para uma maior legitimidade na direção neste processo. Expressou gratidão aos que depositaram confiança na Direção e manifestou o desejo de trabalhar



mais para que aqueles que ainda não confiaram possam, futuramente, reconhecer o valor do trabalho realizado. Enfatizou a importância da colaboração de todos os delegados, sem exceção, ressaltando que a tarefa é desafiadora, mas que juntos é possível alcançar os objetivos. Finalizou reafirmando seu compromisso com todos e solicitando que contassem com ele da mesma forma que ele conta com todos

O Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos os intervenientes, dando por encerrados os trabalhos pelas 22h15, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

F - J - A - J - P



### ACTA NÚMERO 145

Ao décimo sexto dia do mês de Maio de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Federação Portuguesa de Rugby, sita na Rua Julieta Ferrão, 12 – 3.º Andar, reuniu a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), convocada nos termos do disposto no Artigo 20.º / 1.º dos respetivos Estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

*1 – Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício 2023 e do Parecer do Conselho Fiscal;*

*2 – Diversos.*

A Mesa da Assembleia foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Arantes Fontes, e pelo Vice-Presidente, Rui Jorge Rego.

À hora marcada para a primeira convocatória o Presidente constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, previsto no Artigo 20.º / 4.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (dezoito horas e trinta minutos).

Às dezoito horas e trinta minutos encontravam-se presentes 10 delegados a participar digitalmente, conforme lista de presenças anexa à presente acta e que dela faz parte integrante, número de delegados este que foi aumentando até 18 delegados, no decurso dos trabalhos da Assembleia.